

COERÊNCIA - DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE

Um debate entre a sociedade civil, cidadãos e classe política nacional ao redor da *Coerência das Políticas para o Desenvolvimento* - uma ferramenta inovadora para debater e pensar Cabo-Verde, em Cabo-Verde, pelos Cabo-verdianos.

NOS PRÓXIMOS 5 ANOS QUEREMOS...

1. **ERRADICAR A POBREZA (ou, pelo menos, priorizar esforços para atingir este objetivo)**
2. **COERÊNCIA DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO**
3. **AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO SUFICIENTE E EFICIENTE E OUTRAS FORMAS DE FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

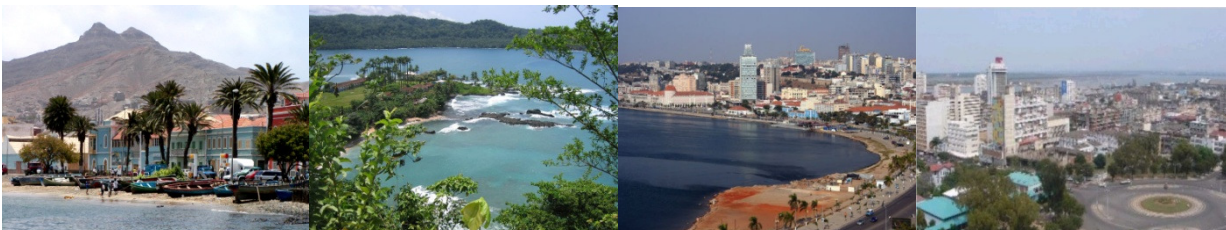
ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza é um dos objetivos expressos no **Tratado de Lisboa**, asseverando a **cooperação para o desenvolvimento como uma prioridade-chave** no contexto da ação externa da União Europeia. Ademais, este princípio central foi subsequentemente desenvolvido (e reafirmado) em 2 documentos:

1. **O Consenso Europeu para o Desenvolvimento** – em que a União Europeia e os Estados Membros se comprometeram a fornecer 0,7% do seu Rendimento Nacional Bruto (RNB) aos esforços de financiamento do desenvolvimento;
2. **Agenda para a Mudança** – Coloca, inequivocamente, a erradicação da pobreza e da desigualdade do centro da ação da União Europeia.

Através destes documentos, a **União Europeia comprometeu-se a reduzir a pobreza pela promoção dos direitos humanos, da democracia, da sustentabilidade ambiental, da boa governação e do respeito pelos “caminhos” escolhidos pelos países em desenvolvimento.**

O Parlamento Europeu tem um papel central ao monitorizar e responsabilizar os Estados Membros no que respeita o cumprimento das “promessas feitas”.



COERÊNCIA DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Um dos princípios centrais da política de desenvolvimento da União Europeia é a **Coerência das Políticas para o Desenvolvimento**, consagrado no **Artigo 208 do Tratado de Lisboa**.

Em suma, a **Coerência da Políticas para o Desenvolvimento tenta garantir que as políticas da União Europeia apoiem**, – ou pelo menos não prejudicam – **os objetivos de desenvolvimento da União Europeia**. A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento reconhece que se queremos erradicar a pobreza, a Ajuda ao Desenvolvimento não será suficiente se continuarem a existir políticas que impeçam os países em desenvolvimento de atingir o seu potencial máximo.

Acontece que, a implementação da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento permanece um desenvolvimento em alguns setores – diretamente relacionados com o desenvolvimento.

Há algumas áreas-chave onde a **Coerência das Políticas é de particular importância**:

- Comércio e investimento;
- Migração;
- Energia e recursos naturais;
- Justiça fiscal;
- Produção e consumo justo e sustentável.

AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO SUFICIENTE E EFICIENTE E OUTRAS FORMAS DE FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

A **Ajuda ao Desenvolvimento assume-se como uma fonte crucial de financiamento do desenvolvimento** e é fundamental manterem-se – idealmente **intensificarem-se** – os esforços para atingir a quantidade e a qualidade dos objetivos assumidos.

Estes objetivos englobam os 0,7% de RNB e os compromissos de eficiência da ajuda assumidos em Paris, Acra, Busan e no México. É de notar que o **papel desempenhado pela Ajuda não é facilmente substituído** por outras formas de financiamento. Como financiamento público, a ajuda cobre serviços públicos essenciais, auxilia no alcance do acesso universal, pode fornecer e proteger bens públicos mundiais e promove a governação democrática. Ademais, é mais flexível, anti-cíclica, previsível e menos volátil do que financiamentos privados, podendo assim assumir um papel importante durante crises de vários géneros.

Para mais informações VER o briefing do Concord **“European Development Cooperation: Your opportunity to eradicate global poverty”** que pode ser descarregado, em inglês, através do [link](#)

Esta Newsletter foi produzida com o apoio da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade do IMVF e da Plataforma das ONG's de Cabo Verde e não pode, em caso algum, ser tomado como a expressão das posições da União Europeia.

